



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



IMPACTO DOS RENDIMENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO NA REDUÇÃO DA POBREZA RURAL

ALEXANDRE GORI MAIA; MARCELLI MARIANO OLIVEIRA; ROSANGELA BALLINI; CLAUDIO SALVADORI DEDECCA;

IE - UNICAMP

CAMPINAS - SP - BRASIL

gori@eco.unicamp.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

Impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão na redução da pobreza rural

Grupo de Pesquisa: 11 – Políticas Sociais para o Campo

Resumo

Este trabalho analisa o impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão sobre a redução da pobreza no Brasil. Mais especificamente, a análise terá como foco as diferenças existentes entre as famílias das áreas urbanas e rurais do país, nos anos de 1995 e 2006. A hipótese central é de que as aposentadorias e pensões cumprem importante papel no rendimento das famílias mais pobres e das áreas rurais, contribuindo principalmente para a redução da pobreza nas regiões mais precárias do país. Esta dependência teria ainda aumentado no período analisado devido, sobretudo, à vinculação dos rendimentos de aposentadoria e pensão ao salário mínimo e aos ganhos reais observados por este no período.

Palavras-chaves: Rendimento de aposentadoria e pensão; pobreza rural; distribuição de renda

Abstract

This paper analyzes the impacts of retirement pensions on poverty reduction in Brazil. More specifically, the analysis will focus the differences among families from urban and rural areas in this country, between 1995 and 2006. The central hypothesis is that the retirement pensions play an important role on the income of poorest families and those from rural areas, contributing mainly to poverty reduction in the most precarious Brazilian regions. This relationship had grown in this period due to the link between



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



retirement pensions and minimum wage and the real increases witnessed by the minimum wage in this period.

Key-Words: retirement pensions; rural poverty; income distribution



Introdução

Desde aprovação na Constituição Federal de 1988, o atual sistema previdenciário tem sido objeto de sistemático questionamento, ao menos, em relação a dois pontos. De um lado, se aponta a tendência de elevação recorrente do custo do sistema, devido a existência de um regime de repartição desprovido de base de financiamento adequada. De outro, se questiona a pouca efetividade social do gasto em razão de beneficiar os “mais ricos” em detrimento dos mais pobres, ou de outras políticas com maior efetividade para segmentos com maior potencial de contribuição econômica e social no futuro, por exemplo, os mais jovens. Mais recentemente, outro tema tem alimentado esta controvérsia, a vinculação do piso do benefício ao salário mínimo. A trajetória de recomposição do salário mínimo real, em curso desde 1995, tem levado que os aposentados e pensionistas que auferem o piso previdenciário acabe tendo o poder de compra de seu benefício favorecido pela política de valorização do salário mínimo.

O ensaio não focará a primeira dimensão da controvérsia, apesar da inegável relevância que ela possui para o futuro do sistema previdenciário nacional. Diversos estudos têm sido produzidos sobre as perspectivas do padrão atual de financiamento e de gasto do sistema previdenciário (Anfip, 2005; Dain et al, 2005, Schwarzer et alli, 2008; e Kahir, 2008). Por escapar da especialidade dos autores e, também, por ser impossível de explorar tema conjuntamente ao demais aqui abordados, se reconhece a sua importância, mas indica-se a leitura de trabalhos de pesquisadores com especialização adequada para tratá-lo.

O esforço aqui estará centrado no impacto dos rendimentos das aposentadorias sobre a redução da pobreza no Brasil. Mais especificamente, a análise terá como foco as diferenças existentes entre as famílias das áreas urbanas e rurais do país, seguindo a hipótese de que as aposentadorias e pensões cumprem importante papel no rendimento das famílias mais pobres e, sobretudo, das áreas rurais, contribuindo principalmente para a redução da pobreza nas regiões mais precárias do país.

A constituição de 1988 trouxe algumas mudanças no regime de proteção social que favoreceram a ampliação da renda das famílias, como a vinculação do piso de benefício ao salário mínimo e o benefício de prestação continuada destinado aos idosos com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Essas alterações começaram a ser implementadas a partir de 1992, estabelecendo uma cobertura universal já em meados da década passada, garantindo equidade ao acesso de benefícios para as populações urbanas e rurais, bem como idade mínima menor de aposentadoria para mulheres e trabalhadores rurais.

Neste ensaio serão exploradas as informações sobre os benefícios previdenciários e a renda familiar para os anos de 1995 e 2006. Como já indicado, seu propósito é avaliar o comportamento dos rendimentos de aposentadoria e pensão na renda das famílias brasileiras após a implantação do Plano Real, quando o país passou a conhecer uma situação de estabilidade econômica, expressa na baixa taxa de inflação, e também observou uma expressiva valorização do salário mínimo, que foi de 62% no período. A baixa inflação e a recuperação do salário mínimo viabilizaram a manutenção do poder de compra de todos os aposentados e pensionistas, bem como permitiu uma evolução positiva do poder de compra do piso de benefícios e, portanto, do poder de compra por ele propiciado.



Para cumprir com os objetivos propostos, o texto está dividido em 3 partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira é a metodologia, onde estão descritos os principais parâmetros e fontes de dados utilizadas nas análises. Na segunda, explora-se algumas informações básicas sobre aposentados e pensionistas, com o objetivo de indicar a relação destes com o mercado de trabalho, seu perfil de benefícios e a contribuição destes para a renda familiar, bem como a dimensão do salário mínimo para o benefício previdenciário e desta para a renda familiar. Na terceira parte, em que há uma análise sobre o impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão na redução da pobreza, verifica-se a participação dessa fonte de rendimento no total da renda das famílias e a sua importância para retirar as famílias da condição de pobreza.

1 Metodologia

Os dados utilizados na pesquisa são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995 e 2006. Para a análise, as famílias foram divididas entre aquelas provenientes das áreas urbanas e rurais e, em cada área, estas foram ainda divididas segundo quintis da renda familiar *per capita* (divisão da renda total da família pelo seu número de componentes) considerando todas as fontes de rendimentos. As famílias também foram divididas entre aquelas que possuem algum membro aposentado ou pensionista (famílias com aposentados) e aquelas que não possuem aposentados ou pensionistas na sua composição (famílias sem aposentados).

Para análise dos resultados consideraram-se três fontes principais de rendimentos: i) todos os trabalhos (trabalho principal na semana, secundário e outros); ii) aposentadoria e pensão (aposentadorias e pensões de instituto de previdência, governo federal e outros) iii) outras fontes (aluguéis, juros e dividendos, doações e outras fontes).

Os valores considerados para linha de pobreza e extrema pobreza neste trabalho baseiam-se nas sugestões do *Relatório do Desenvolvimento Mundial: Pobreza*, do Banco Mundial. Em 1990, foram utilizados os valores de US\$ 2,00 e US\$ 1,00, sendo que esses valores foram ajustados para cada país segundo a paridade do poder de compra do dólar a preços de 1985. Em 1993 esses valores foram estimados novamente e resultaram no valor da renda familiar *per capita* de US\$ 2,15 como linha de pobreza e o valor de US\$ 1,08 como linha de extrema pobreza.

Diversos trabalhos apontam limitações neste indicador do Banco Mundial. Por exemplo, este indicador não captaria as diferenças de custo de vida entre as regiões, além de desconsiderar a produção para auto-consumo e doações. Mas, como neste trabalho a linha de pobreza foi estipulada apenas para observar o efeito das aposentadorias e pensões na renda das famílias, sem o objetivo de analisar a pobreza em si, utilizamos os valores do Banco Mundial convertidos em reais no câmbio de 01 de outubro de 2006. Para evitar distorções geradas pelas diferenças da taxa de câmbio ao longo dos anos, a linha de pobreza para o ano de 1995 foi calculada através dos valores de 2006, ajustados pelo INPC.

As famílias que possuíam membros com dados sobre a renda não declarados foram excluídas da amostra em ambos os anos. Em 2006, também foram desconsideradas as famílias residentes nas áreas rurais de 6 estados da região norte - Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará e Amapá – já que essas áreas não participavam da PNAD em 1995. Assim, a amostra utilizada em 1995 foi de 334.263 casos e, em 2006, 392.239



casos, que correspondiam a uma população de 151.922.545 e 180.162.175 pessoas, respectivamente.

2 A renda de aposentadoria e a população em idade ativa

É importante analisar alguns dados gerais sobre a incidência da renda de aposentadoria na população em idade ativa brasileira, antes de se explorar a sua importância para o padrão de bem-estar das famílias brasileiras, em especial daquelas residentes na zona rural.

Em 2006, 23,3 milhões de brasileiros declararam ter rendimentos de aposentadoria ou pensão para uma população em idade ativa de 153,7 milhões de brasileiros (Tabela 1). Do total da população com rendimento de aposentadoria ou pensão, 27% informaram estarem ocupados e 2% em situação de desemprego, sendo que 71% afirmaram estarem em situação de inatividade. Portanto, 7 de cada 10 brasileiros com rendimento de aposentadoria ou pensão dependiam exclusivamente desta forma de renda.

Os resultados revelam ser inegável que uma parcela considerável dos aposentados ou pensionistas continua inserida no mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados. Contudo, deve-se reconhecer que a parcela predominante tem na aposentadoria ou pensão sua fonte exclusiva de renda pessoal.

Tabela 1
Pessoas de 10 Anos ou Mais segundo Condição de Atividade e
Recebimento de Aposentadoria ou Pensão
Brasil, 2006

	Recebimento de Aposentadoria ou Pensão		
	sim	não	Total
	Valores Absolutos		
Inativos	16.551.113	46.051.830	62.602.943
Ocupados	6.292.351	76.458.891	82.751.242
Desempregados	514.109	7.893.068	8.407.177
Total	23.357.573	130.403.789	153.761.362
	Distribuição Relativa		
Inativos	70,9	35,3	40,7
Ocupados	26,9	58,6	53,8
Desempregados	2,2	6,1	5,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

A incidência de trabalho conjuntamente ao recebimento do benefício previdenciário tende ser menor dentre os aposentados pertencentes a famílias com renda familiar per capita mais baixa. Somente 23% dos aposentados ou pensionistas de baixa renda trabalham, contra 41% dentre aqueles de renda familiar per capita igual ou superior a 10 salários mínimos (Tabela 2). Ao contrário, a situação de desemprego tende ser mais presente dentre os aposentados ou pensionistas de baixa renda.



Tabela 2

Distribuição das Pessoas com Rendimento de Aposentadoria ou Pensão segundo Condição de Atividade e Classes de Salário Mínimo Brasil, 2006

	Menos de 1/2	De 1/2 a menos de 1	De 1 a menos de 2	De 2 a menos de 3	De 3 a menos de 5	De 5 a menos de 7	De 7 a menos de 10	De 10 ou mais	Total
Inativos	67,0	72,1	76,0	68,2	64,3	62,9	61,0	57,3	70,9
Ocupados	23,3	25,4	22,7	30,6	34,8	36,2	38,1	41,6	26,9
Desempregados	9,6	2,5	1,3	1,2	0,9	0,9	0,9	1,0	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Inativos	8,2	22,6	41,4	12,1	7,5	3,0	1,9	3,3	100,0
Ocupados	7,5	21,0	32,6	14,4	10,7	4,5	3,1	6,2	100,0
Desempregados	37,9	25,2	22,3	6,9	3,4	1,4	0,9	1,9	100,0
Total	8,7	22,2	38,6	12,6	8,3	3,4	2,2	4,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Micro-dados. Elaboração própria.

A importância dos aposentados ou pensionistas se mostra ainda mais candente quando se foca contribuição para a renda familiar levando-se em conta sua situação de domicílio. Dentre as famílias de baixa renda, aproximadamente 2/3 da renda familiar tem origem no benefício previdenciário, sendo que esta situação é um pouco mais expressiva no meio urbano comparativamente àquela observada no meio rural (Tabela 3). Já para as famílias de renda mais elevada a aposentadoria tem um peso relativamente menor para a composição do rendimento familiar.

Estes dados revelam, prontamente, duas dimensões relevantes das aposentadorias e pensões para a formação da renda das famílias mais pobres. Em primeiro lugar, a ausência do benefício previdenciário comprometeria a principal fonte de renda destas famílias. E em segundo, os resultados indicam que a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo afetaria relativamente mais as famílias de baixa renda, o que contribuiria negativamente para a distribuição da renda familiar per capita¹.

Tabela 3

Contribuição do Rendimento de Aposentadoria ou Pensão para o Rendimento Familiar segundo Situação do Domicílio e Renda Familiar Per Capita Brasil, 2006

	Menos de 1/2	De 1/2 a menos de 1	De 1 a menos de 2	De 2 a menos de 3	De 3 a menos de 5	De 5 a menos de 7	De 7 a menos de 10	De 10 ou mais	Total
Urbano	66,1	53,3	52,6	49,3	45,4	44,1	40,8	26,7	50,9
Rural	62,5	49,7	49,1	49,6	28,6	25,0	49,8	3,6	49,5
Total	65,2	52,5	52,0	49,3	44,6	43,6	41,0	24,8	50,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Micro-dados. Elaboração própria.

Esta segunda dimensão pode ser melhor explicitada quando abordada a distribuição das aposentadorias e pensões segundo classes de salário mínimo nominal. Analisando segundo situação de domicílio percebe-se que 50% dos aposentados e pensionistas com domicílio urbano auferiam um benefício de até 1 salário mínimo e 92% daquele com domicílio rural se encontravam nesta situação (Tabela 4). Portanto, possibilidade de desvincular o benefício da trajetória do salário mínimo atingiria principalmente os

¹ Sobre a importância da renda de aposentadoria para as famílias de baixa renda, ver Dedecca et alli.



aposentados que auferem benefícios de menor valor e que preponderam dentre as famílias de menor renda per capita.

Tabela 4

Distribuição dos Aposentados e Pensionistas segundo Classes de Salário Mínimo Nominal
Brasil, 2006

	Menos de 1 SM	1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 SM	Total
Urbano	8,4	42,1	19,7	10,2	10,8	8,8	100,0
Rural	3,1	79,3	13,4	1,9	1,5	0,8	100,0
Total	7,6	47,7	18,8	8,9	9,4	7,6	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Micro-dados. Elaboração própria.

Segundo os resultados apresentados na Tabela 5, 2/3 dos aposentados ou pensionistas recebiam, em 2006, até 2 salários mínimos e pertenciam a famílias com rendimento familiar per capita de até salários mínimo. Constata-se uma relação ponderável entre baixo rendimento de aposentadoria ou pensão e rendimento familiar per capita, cuja concentração nos estratos inferiores seria muito provavelmente amplificada com a desvinculação do benefício do salário mínimo, especialmente para aqueles que auferem o benefício e residem na zona rural.

3. Importância da aposentadoria e pensão na renda das famílias brasileiras e na redução da pobreza rural.

A reforma constitucional de 1988 garantiu direitos previdenciários a uma parcela significativa da população antes excluída do sistema, sobretudo trabalhadores rurais, ampliando o número de pessoas com acesso a aposentadoria. Isso significou um importante aumento na renda de um grande número de famílias, principalmente nas áreas rurais. Como resultado, constata-se que as famílias com aposentados possuem uma parcela maior da população acima da linha de pobreza que as famílias sem aposentados (Tabela 5), ou seja, a aposentadoria contribuiria para eliminar um grande número de famílias da condição de pobreza.

Nas áreas rurais esta relação é mais intensa, sendo que, em 2006, 80% da população das famílias com aposentados estavam acima da linha da pobreza enquanto apenas 39% da população das famílias sem aposentados encontravam-se nessa situação. Nas áreas urbanas, onde a diferença é menor, encontravam-se acima da linha de pobreza 77% da população pertencente às famílias sem aposentados e 93% da população pertencente às famílias com aposentados.

A diferença entre as parcelas da população consideradas como não pobres em cada tipo de família já era significativa em 1995 e sofreu um aumento em 2006. Nas áreas urbanas essa diferença passou de 13 para 16 pontos percentuais e nas áreas rurais a variação foi de 27 para 42 pontos percentuais.

Tabela 5 - Porcentagem da população que vive em situação de pobreza ou não segundo a classificação da família, 1995 e 2006.

Urbano

Rural

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

		Extrema pobreza	Pobreza	Não pobres	Total	Extrema pobreza	Pobreza	Não pobres	Total
1995	Família sem aposentados	10,7	15,1	74,2	100	24,5	27,2	48,3	100
	Família com aposentados	2,0	10,5	87,5	100	4,6	20,1	75,2	100
	Total	7,4	13,4	79,2	100	15,6	24,0	60,4	100
2006	Família sem aposentados	9,4	13,1	77,6	100	32,3	28,9	38,9	100
	Família com aposentados	1,3	5,2	93,5	100	2,7	16,9	80,4	100
	Total	6,7	10,5	82,8	100	24,0	25,5	50,5	100

Fonte: PNAD 1995 e 2006, microdados, IBGE.

No período analisado, a renda das aposentadorias e pensões passou a ser mais significativa na renda das famílias. Embora a maior parte da renda total das famílias seja proveniente do trabalho (76,4% nas áreas urbanas e 70% nas áreas rurais em 2006), entre os anos de 1995 e 2006, ela caiu em ambas as áreas censitárias enquanto a participação das aposentadorias e pensões aumentou (Tabela 6). Esse aumento foi mais expressivo nas áreas rurais, onde a parcela da renda correspondente às aposentadorias e pensões passou de 16% para 23%. Pode-se também observar que a participação dos rendimentos de outras fontes cresceu, passando de 3,8% para 4,5% nas áreas urbanas e de 3,5% para 6,5% nas áreas rurais.

O aumento da participação das aposentadorias e pensões no total da renda das famílias pode ser justificado pelo expressivo ganho real do salário mínimo no período, que foi de 62% entre outubro de 1995 e outubro de 2006. Já as mudanças na participação dos rendimentos de outras fontes podem estar vinculados aos programas de direcionados de transferência de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família, que têm como foco a redução da pobreza no país.

Tabela 6 – Participação (%) de cada fonte de rendimento na renda total das famílias segundo região censitária, 1995 e 2006.

Fonte de rendimento	1995		2006	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Todos os trabalhos	81,8	80,7	76,4	70,0
Aposentadoria e pensão	14,4	15,8	19,1	23,5
Outras fontes	3,8	3,5	4,5	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1995 e 2006, microdados, IBGE.

A renda *per capita* proveniente das aposentadorias e pensões obteve ganhos significativos em ambas as regiões (45% nas áreas urbanas e 27% nas áreas rurais), assim como o rendimento *per capita* de outras fontes, que cresceu 27% nas áreas urbanas e 60% nas áreas rurais (Tabela 7). Como mencionado anteriormente, esses resultados podem estar associados aos ganhos reais do salário mínimo no período e aos programas assistencialistas do Governo Federal.



Por outro lado, embora a renda *per capita* proveniente de todos os trabalhos crescerá levemente nas áreas urbanas entre 1995 e 2006 (2%), caiu significativamente nas áreas rurais (26%). Este comportamento é resultado, muito provavelmente, da diminuição dos empregos na agropecuária dada a crescente mecanização das atividades, além da queda dos preços dos produtos agrícolas (NUNES, 2007). Desta maneira, a redução da participação da renda de todos os trabalhos na renda total das famílias rurais deveu-se não exclusivamente ao crescimento dos rendimentos de aposentadoria e pensão, mas também ao expressiva redução do rendimento do trabalho agrícola.

Tabela 7 – Renda *per capita* em reais (valores de 2006) segundo fonte de rendimento e região censitária, 1995 e 2006.

Fonte de rendimento	1995		2006	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Todos os trabalhos	427,6	225,1	435,5	166,1
Aposentadoria e pensão	75,3	44,1	109,1	55,8
Outras fontes	20,0	9,7	25,4	15,4
Total	523,0	278,8	569,9	237,3

Fonte: PNAD 1995 e 2006, microdados, IBGE.

Quando dividimos a população em quintos de renda familiar *per capita* (Tabela 8) podemos ver que a importância da aposentadoria é maior nos quintos relativamente menos pobres da população, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Entre outras coisas, este resultado pode estar associado ao importante papel que as aposentadorias e pensões cumprem ao tirar as famílias da condição de exclusão. Em outras palavras, a ausência de um integrante aposentado ou pensionista na família contribuiria para que estas famílias permanecessem nos estratos menos abastados da população. Tendo em vista a diminuição da renda do trabalho agrícola, essa relação é ainda mais evidente nas áreas rurais.

No período analisado, a diferença da participação das aposentadorias e pensões na renda total das famílias tornou-se mais acentuada entre os estratos de renda. Nas áreas urbanas, em 1995, a participação da aposentadoria na renda das famílias dos dois quintos mais pobres era 1 ponto percentual superior a das famílias dos dois quintos menos pobres. Em 2006 a participação da aposentadoria na renda dos dois quintos superiores cresceu, tornando-se 6 pontos percentuais superior à participação dos dois quintos mais pobres. Nas áreas rurais essa relação é ainda mais marcante, uma vez que a diferença da participação da aposentadoria na renda entre os dois quintos superiores e os dois inferiores passou de 3 para 20 pontos percentuais.

Em outras palavras, o aumento da participação das aposentadorias e pensões na renda das famílias esteve vinculado aos quintos superiores da população, principalmente nas áreas rurais, mostrando a importância desta fonte de renda para a ascensão dessas famílias nos estratos de renda. Entre 1995 e 2006, no quarto e quinto quintos da população urbana, houve um aumento, em cada um, de 5 pontos percentuais na participação das aposentadorias e pensões na renda. Nas áreas rurais esse aumento foi de 8 e 12 pontos percentuais, respectivamente.



Nos estratos mais baixos, porém, essa participação caiu em detrimento da participação da renda de outras fontes. O que se constata é que as famílias pertencentes aos estratos mais pobres são aquelas com pequena participação dos rendimentos de aposentadoria e pensão. Em outras palavras, as famílias mais pobres estão cada vez mais associadas aos rendimentos de outras fontes, sobretudo, devido à ampliação dos projetos assistencialistas de transferência de renda. Em 1995, para o primeiro e segundo quintos da população urbana e rural, apenas 4,5% da renda total era proveniente de outras fontes. Em 2006, para as áreas urbanas a participação subiu para 20,5% e, nas áreas rurais, esse crescimento foi ainda maior, passando para 48,7% da renda total. Como dito anteriormente, esse resultado é fruto, provavelmente, do Bolsa Família, implantado em 2003 e que em 2006 beneficiou cerca de 11 milhões de famílias que possuíam renda mensal *per capita* de até R\$ 60 ou renda de R\$ 60 a R\$ 120 *per capita* caso houvesse crianças de até 15 anos entre seus componentes.

Tabela 8 - Participação (%) de cada fonte de rendimento no total das rendas das famílias segundo região censitária e quintos de renda familiar *per capita*, 1995 e 2006.

	Quinto	1995			2006				
		Todos Trab.	Apos. Pensão	Outras Fontes	Total	Todos Trab.	Apos. Pensão	Outras Fontes	Total
Urbano	5 ^o	80,7	14,6	4,8	100	76,2	19,6	4,3	100
	4 ^o	83,4	14,0	2,6	100	77,6	19,3	3,0	100
	3 ^o	84,2	13,5	2,3	100	75,0	20,9	4,2	100
	2 ^o	82,4	15,5	2,0	100	78,0	15,5	6,5	100
	1 ^o	83,0	14,5	2,5	100	75,1	10,9	13,9	100
	Total		81,8	14,4	3,8	100	76,4	19,1	4,5
Rural	5 ^o	80,6	15,2	4,3	100	69,4	26,8	3,8	100
	4 ^o	79,9	17,5	2,6	100	69,8	25,2	5,0	100
	3 ^o	80,0	17,6	2,4	100	71,1	20,0	8,9	100
	2 ^o	82,6	15,4	2,0	100	75,1	9,1	15,7	100
	1 ^o	86,5	11,1	2,4	100	64,6	2,5	32,9	100
	Total		80,7	15,8	3,5	100	70,0	23,5	6,5

Fonte: PNAD 1995 e 2006, microdados, IBGE.

Para mensurar o impacto das aposentadorias e pensões sobre a redução da pobreza foi realizada uma simulação de como a população estaria alocada segundo a classificação de pobreza caso não existissem esses rendimentos. Na situação atual, considerando os rendimentos previdenciários, 21% da população urbana e 49,5% da população rural encontram-se abaixo da linha da pobreza (Tabela 9). Sem considerar os rendimentos de aposentadoria esses números passariam para 32% e 63% respectivamente, ou seja, 16.592.030 pessoas das áreas urbanas e 3.821.411 das áreas rurais passariam para baixo da linha de pobreza. Em outras palavras, a parcela da população abaixo da linha da pobreza aumentaria em 11 pontos percentuais nas áreas urbanas e 14 pontos nas áreas rurais. Ou seja, embora a renda da população rural seja mais sensível em termos relativos aos rendimentos de aposentadoria e pensão, uma vez que a inexistência dessa fonte de renda levaria a um aumento significativo da já ampla parcela da população sob a condição de pobreza, o impacto em termos absolutos seria



mais significativo nas áreas urbanas, onde há um contingente populacional no limiar de pobreza.

Tabela 9 – Simulação da distribuição da renda segundo classificação de pobreza, considerando ou não os rendimentos de aposentadoria e pensão, 2006.

		Com Aposentadoria		Sem Aposentadoria	
		Número de pessoas	% população	Número de pessoas	% população
Urbano	Extrema pobreza	11.515.965	7,6	24.981.890	16,4
	Pobreza	20.784.903	13,6	23.911.008	15,7
	Não pobres	120.329.338	78,8	103.737.308	68,0
	Total	152.630.206	100	152.630.206	100
Rural	Extrema pobreza	6.607.995	24,0	10.015.829	36,4
	Pobreza	7.025.953	25,5	7.439.530	27,0
	Não pobres	13.898.021	50,5	10.076.610	36,6
	Total	27.531.969	100	27.531.969	100

Fonte: PNAD 2006, microdados, IBGE.

Considerações finais

As aposentadorias e pensões cumprem importante papel na renda das famílias brasileiras, e a sua participação na renda das famílias aumentou, em detrimento da renda proveniente do trabalho, correspondendo a cerca de 20% do total em 2006. A importância dessa fonte de rendimento é mais acentuada nos quintos relativamente mais ricos da população, enquanto os quintos mais pobres caracterizam-se pela forte influência de rendimentos de outras fontes, principalmente nas áreas rurais.

Aumentou principalmente a importância dos rendimentos de aposentadoria e pensão na áreas rurais, onde houve uma substancial queda da renda proveniente do trabalho. A importância dessa fonte de renda também reside nos ganhos reais observados no período, garantindo a manutenção do poder de compra de muitas famílias.

Referências Bibliográficas

DAIN, S. & MATISJACIC, M. *Salário Mínimo, Seguridade Social e Finanças Públicas: as aparências enganam*. Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento, Campinas, IE/Unicamp, 2005.

ANFIP- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (2005). *Análise da Seguridade Social em 2004*.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E., BARBIERI, C.V. E JUNGBLUTH, A. (2006) Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), Campinas: ABEP.



Hoffmann, R.; Kageyama, A. (2006) *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*, Economia e Sociedade, 1(16), Campinas: UNICAMP.

Kahir, A. (2008) *Projeções de Longo Prazo para o RGPS*, mimeo, São Paulo.

Ferreira, C., *Participação das Aposentadorias e Pensões na Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil no Período de 1981 a 2001*. Dissertação (Doutorado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

Ministério da Previdência Social, *Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro*, Brasília, 2003; disponível em www.previdenciasocial.gov.br. Acesso em: 15 de janeiro 2008.

Nunes, S. P., *O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de*

Desenvolvimento Rural, DESER- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, Boletim Eletrônico, Conjuntura Agrícola, nº157, março de 2007; disponível em www.deser.org.br. Acesso em: 13 de fevereiro 2008.

Schwarzer, H.; Silva Pereira, E.; Paiva, L.H. (2008) *Projeções de Longo Prazo para o Regime Geral de Previdência Social Considerações sobre o trabalho de Amir Khair*, mimeo, Brasília, Ministério da Previdência Social.